



# o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 225 / SETEMBRO-OUTUBRO 2024 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



## DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **Celebramos os 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 (5)**
- 4 **STML reúne com a Direção Municipal responsável pelos Espaços Verdes**
- 6 **Trabalhadores da Higiene Urbana não desarmam**
- 8 **Bombeiros avançam para a GREVE!**
- 12 **A luta sai à rua nas juntas de freguesia!**
- 19 **CGTP-IN convoca manifestação para 9 de Novembro**
- 20 **Manifestação a 12 de Outubro pela Paz na Palestina**



## Editorial

A discussão sobre as propostas do Governo para o Orçamento do Estado para 2025 (OE/25) marca a realidade atual. Para além das habituais retóricas que nos invadem a casa pelos órgãos de comunicação social com as intervenções mais ou menos ilusionistas dos que afirmam tudo querer mudar, para tudo manter na mesma, a verdade é que medidas concretas para responder aos principais problemas do país, em especial dos trabalhadores portugueses, pouco ou nada se ouve. Quer do lado do Governo, quer dos ditos opositores, os mesmos que até há bem pouco tempo, foram eles próprios governo.

Sobre os problemas que afetam o SNS, que abrem portas ao negócio privado da saúde; ou sobre a emergência no aumento geral dos salários; ao reforço das funções sociais do Estado, ou ainda sobre uma reforma fiscal mais justa que reequilibre a distribuição de rendimentos, favorecendo o mundo do trabalho em detrimento dos grandes grupos económicos e financeiros; nem uma palavra que possa ser considerada minimamente séria. Facilmente se percebe quais as prioridades deste Governo, mas também dos que o rodeiam e que poderão viabilizar, seja pelo voto a favor, seja por mera abstenção, a aprovação do seu OE/25. Não esquecemos também aqueles que já afirmaram votar contra, mas porque simplesmente as intenções do Governo não vão mais longe nas suas malfeitorias...

Realidades que obrigam a um maior envolvimento dos trabalhadores na defesa das suas condições de vida! Da luta que se ergue, destaca-se a concentração de 30 de agosto, junto à Maternidade Alfredo da Costa, seguindo-se a 13 de setembro, em defesa do SNS. A 20 de setembro, os trabalhadores, principalmente dos setores operacionais, e em particular da limpeza urbana, voltaram a sair à rua na luta em torno do alargamento e atualização do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP), e do reconhecimento das profissões de desgaste rápido. Para os próximos dois meses, prevêem-se novas ações de protesto a nível nacional.

Em Lisboa, o Executivo de Carlos Moedas parece querer 'empurrar com a barriga', as respostas que urgem no plano da manutenção e conservação do edificado municipal. Em termos mais gerais, aos sistemáticos atrasos nos processos envolvendo os 'recursos humanos' da CML, como os que dizem respeito à avaliação de desempenho, à discussão e negociação dos horários de trabalho, ou os que envolvem o pagamento às ordens profissionais. Também na limpeza urbana, jardins ou cemitérios, entre outros setores, erguem-se falsas desculpas para não avançar com as respostas que se exigem no imediato. Que dizer sobre a tese alavancada pelo Presidente da CML sobre o trabalho aos domingos na higiene urbana (?!), como se fosse este o maior problema que se vive neste serviço municipal.

Nas Juntas de Freguesia, valoriza-se a celebração de um novo ACEP em Alcântara, alcançando importantes direitos. Novos ACEP's perspetivam-se a curto prazo. Para outubro, a luta manifesta-se na Penha de França (manifestação no dia 1), e na Misericórdia (greve no dia 14). Perante a intransigência dos respetivos executivos, o Sindicato avança com os trabalhadores na defesa dos seus direitos.

No setor empresarial que o STML acompanha, destaque para a luta dos fiscais e eletricitistas da Gebalis pela atribuição do SIP. Na EGEAC, debate-se com os trabalhadores uma proposta de luta face à posição do CA. Na SRU, é também com os seus profissionais que se aprofunda o debate em torno do objeto maior de um Acordo de Empresa, em processo algo semelhante ao do MARL.

O Sindicato, reconhecendo os enormes desafios que enfrenta, reafirma a sua confiança nos trabalhadores que acompanha, sabendo que é a sua organização e capacidade de resistência e luta que melhor lhes garante as respostas que ambicionam, justa e legitimamente!

# o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 225 / SETEMBRO-OUTUBRO 2024

**WWW.STML.PT**

**Director** Nuno Almeida  
**Corpo Redactorial** Luís Dias, Carlos Silva, José Cruz, Paula Correia, Paula Lourenço, Sandro Roque e Tiago Lopes

**Propriedade**  
Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

**Administração e Redacção**  
Rua de São Lázaro, 66 – 1.ª, 1150-333 LISBOA

**Telefones** 218 885 430/35

**Periodicidade** Bimestral  
**Distribuição** Gratuita aos Sócios do Sindicato  
**Tiragem** 4.000 exemplares  
**Preço de capa** 0,01€  
**Número de Identificação Fiscal** 500 850 194  
**Depósito Legal** 17.274/87

## PROTOCOLOS STML

### INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus  
Grupo Lusófona  
Instituto Superior de Educação e Ciências  
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas  
Universidade Lusíada

### BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros  
Millenium BCP  
DS Seguros Seixal Santa Marta

### TURISMO

Campiférias  
FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela  
Viagens Falcon

### OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho  
Cartão BP Plus  
Escola de Condução ENAL  
Lancaster College – Escola de Línguas  
Mind Project



## Em 2024 comemoramos os 50 anos da Revolução de Abril – parte 5 de 6

No ano em que comemoramos o meio século da Revolução do 25 de Abril, para além das ruturas com o passado, conquistas, transformações sociais, económicas e políticas alcançadas, que fomos expondo sinteticamente nas edições anteriores d'*O Trabalhador do Município de Lisboa*, interessa, desta vez, centrar-nos na forma como uma parte do espectro político-partidário, mais à direita, encara, ainda hoje, este momento maior na História do nosso país.

Refere o historiador Manuel Loff (2024:61) que as “direitas portuguesas nunca se pacificaram com a Revolução. Não se trata aqui de reconciliação, mas de pacificação, porque as direitas nunca se reviram na Revolução. Nem sequer com a democracia que ela construiu (...).”<sup>1</sup> E de facto, na prática, secundarizando as retóricas de circunstância sempre embrulhadas num manto de hipocrisia e cinismo, esta mesma direita, também a extrema-direita, nunca deixaram de diminuir, desvalorizar e tentar reverter as conquistas da Revolução, seja quando foram governo, seja nos projetos e programas políticos que defendem e propõem.

Não será propriamente uma novidade, se considerarmos que, neste amplo espectro político-partidário, residem os legítimos descendentes da ditadura fascista liderada, primeiro por Salazar e depois, por Marcello Caetano. Daí o enfoque, anos após ano, por exemplo, no 25 de novembro em detrimento do 25 de Abril, momento de facto fundador da nossa Democracia, enquanto a primeira data será sempre considerada como o início do processo contrarrevolucionário.

Aliás, em termos dos direitos, liberdades e garantias constitucionais, depois de alicerçadas na Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, tem sido evidente a tentativa da sua dimi-

nuição, ou diminuição de facto. Esta constatação reside no ataque cerrado que tanto PSD e CDS-PP, como agora mais recentemente o CH e a IL, assumem nos seus projetos político-ideológicos. Uma opção com efeitos nefastos para as condições de vida dos portugueses em geral, e dos trabalhadores em particular, mas também na própria independência e soberania nacionais, depauperadas em detrimento de uma maior subserviência aos poderes além-fronteiras, sejam eles de natureza supranacional (UE, NATO, etc.), seja de carácter económico e empresarial (grandes grupos económico-financeiros internacionais e multinacionais).

Neste contexto, estes partidos têm contribuído determinantemente para o empobrecimento de Portugal e do seu povo, num projeto no qual também concorreu e concorre o PS sempre que foi governo. Se a base social de apoio do PS pode ser considerada de esquerda, as suas opções políticas em matérias estruturais, sempre navegou por mares idênticos aos partidos de direita.

Em 2024, como sempre afirmámos, urge continuar a defender as conquistas da Revolução, porque na sua génese reside, em primeiro lugar, a defesa das condições de vida dos portugueses, dos seus direitos, liberdades e garantias, mas igualmente um país desenvolvido, soberano e independente. Os desafios que se colocam hoje, são imensos e complexos. Saibamos estar à altura da nossa responsabilidade. Defender Abril, é defender uma vida e um futuro dignos!

No âmbito dos 50 anos do 25 de Abril, o STML prepara para a segunda quinzena do mês de outubro, o seu terceiro debate temático sob o lema “**antes e durante a Revolução de Abril – testemunhos na primeira pessoa de quem lutou pela liberdade e a democracia no nosso país**”. Desta vez é objetivo ter como convidados um elemento que tenha participado na Constituinte, processo que conduziu à construção e aprovação da Constituição da República Portuguesa de 1976, mas também um ex-prespo político. Em tempo oportuno, o Sindicato divulgará os moldes concretos desta iniciativa.

<sup>1</sup> LOFF, MANUEL (2024) “«Um país de loucos»: a(s) memória(s) reacionária(s) da Revolução Portuguesa”, in *25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 anos de Memória*. Org. Manuel Loff e Miguel Cardina. Edições Tinta da China, Lisboa, p.61



# STML reúne com a Direção Municipal responsável pelos Espaços Verdes

**A 3 de setembro, o STML reuniu com a responsável pela Direção Municipal do Ambiente, Espaços Verdes, Clima e Energia (DMAEVCE). Dos assuntos debatidos, propostos previamente pelo Sindicato, sintetizamos o seguinte. Assim,**

## **Reforço de Pessoal**

Consensual entre as partes, a enorme carência de trabalhadores no universo desta Direção Municipal. Para além de jardineiros, pedreiros, canalizadores, entre outras profissões, também há falta de técnicos das mais variadas áreas de formação e especialização. No âmbito do concurso aberto em dezembro de 2023 para a contratação de jardineiros, propositando o preenchimento de 50 vagas, referem neste momento estarem em prova cerca de 87 candidatos. Relembaram ainda, que se inscreveram neste concurso cerca de 240 pessoas. Esperam que os novos trabalhadores entrem ao serviço ainda este ano.

No plano de contratação para 2025, já propuseram a abertura de novos concursos, principalmente na carreira de assistente operacional (jardineiro [a]) e na carreira de técnico superior (engenheiro [a] agrónomo [a], entre outras áreas de formação). Por outro lado, referem que decorre neste momento o concurso interno para encarregado operacional, objetivando o preenchimento de 3 a 5 vagas. Por último, enquanto estratégia de contratação, a DMAEVCE referiu querer assumir para o futuro a possibilidade de abrir concursos todos os anos para a categoria profissional de jardineiro.

## **Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Fardamentos**

A DMAEVCE refere estar em curso um concurso internacional para a aquisição de vários materiais. Apesar de alguns percalços, esperam estar em condições de fornecer fardamento e EPI's a todos os trabalhadores-jardineiros, incluindo os que este ano irão integrar via concurso o mapa de pessoal do município. Este processo de aquisição considera ainda a existência de um stock que permita substituir os itens degradados ou danificados de forma célere e eficaz.

O STML referiu os problemas com a qualidade das botas, que têm gerado muitas críticas da parte dos trabalhadores. Também foi proposto pelo Sindicato avaliar a possibilidade de adquirir e distribuir um maior número de calças por cada trabalhador, além de sapatos, criando-se uma distinção entre o calçado de inverno e de verão. Propostas que a Direção Municipal considerou pertinentes.

## **Ferramentas e Meios Mecânicos**

Nesta dimensão, referem os responsáveis hierárquicos dos espaços verdes, a aquisição de várias viaturas (7, incluindo 1 para o CRAS), que tem melhorado a eficiência do trabalho neste setor. Contudo, admitem haver ainda muitas carências. Sobre os desafios que se colocam neste momento, apontam por exemplo a falta de soluções no 'mercado', em termos de tipologia das viaturas necessárias.

Das viaturas adquiridas, supramencionadas, a DMAEVCE assegura os custos com o CAM, de caráter obrigatório para os trabalhadores que as irão conduzir. Neste sentido, no plano da formação e independentemente do tipo de viatura em causa, o STML relembrou a importância em permitir que todos os trabalhadores tenham acesso à referida formação.

No plano das ferramentas, a DMAEVCE refere um investimento na ordem dos 14 mil euros em 2023, ao qual se soma um segundo investimento de 25 mil euros em materiais entregues em janeiro deste ano. Em 2024, já despenderam cerca de 22 mil euros (em roçadoras, motosserras, sopradores, etc.), estando a avaliar a aquisição de novas máquinas de grande ou médio porte (desmatador teleguiado, corta-relvas avante, etc.), além de avançar na reparação daquelas que há muito estavam inoperacionais por falta de peças.

## **Condições de Trabalho e Instalações**

Durante este ano, a Direção Municipal afirma ter concretizado várias intervenções no campo da manutenção das instalações sob sua alçada, tendo despendido cerca de 75 mil euros nesta vertente. Em termos mais estruturais, referem o processo de um milhão e meio de euros, para 2025, propositando melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores dos espaços verdes.

## **Notas finais**

Ao longo desta reunião, o STML alertou para os problemas que há uns anos a esta parte têm afetado os trabalhadores destes setores de atividade, bem como criticou a política de sucessivos executivos, incluindo o atual, que optaram por concessionar a privados a gestão e manutenção da maior parte dos espaços verdes e jardins da cidade. Problema ao qual se soma, as consequências nefastas da reforma administrativa de Lisboa e as competências descentralizadas para as juntas de freguesia nesta dimensão. A degradação das zonas verdes de Lisboa em muito se deve ao projeto político aprovado e concretizado por PS e PSD entre 2012 e 2014. Atualmente, segundo a DMAEVCE, sete empresas privadas gerem 87% dos espaços verdes e jardins da cidade, com os resultados que se conhecem...

Apesar do investimento até agora realizado, observa-se ser ainda claramente insuficiente, considerando as opções políticas do atual Executivo que parece mais empenhado em apenas manter este setor num patamar mínimo de sobrevivência.

Em suma, o Sindicato defende um forte investimento público, quer na contratação de pessoal, mas também no plano do edificado, meios materiais e mecânicos, que permitam à CML assumir plenamente as suas responsabilidades perante a cidade e a sua população no que concerne aos jardins e espaços verdes. Só assim se poderá dignificar quem vive e trabalha em Lisboa, potenciando de facto índices superiores de qualidade de vida.

## STML reúne com o Departamento de Instalações Elétricas e Mecânicas (DIEM)

Por solicitação do STML, realizou-se a 30 de agosto uma reunião com o Diretor do DIEM, contando também com a presença dos chefes de divisão da DEMIEM e do DIP. Vários foram os assuntos abordados, dos quais sintetizamos o seguinte.

Sobre o **concurso interno para encarregado geral**, admitem-se alguns atrasos, mas esperam concluí-lo em breve. No **concurso aberto para electricista** (com reserva de recrutamento), propositando ocupar 20 vagas no mapa de pessoal, estão na fase da análise de candidaturas (cerca de 60 candidatos). Admitem uma grande falta de pessoal, que vai para além da carreira operacional, ou seja, inclui também técnicos e técnicos superiores, principalmente das áreas de formação em engenharia.

No **campo da formação**, e perante alguns episódios menos positivos vivenciados neste setor de atividade, como no caso da formação apenas para uns poucos escolhidos a dedo, o STML lembrou que a mesma deve ser concedida a todos os trabalhadores, mesmo que depois se proceda ao que foi denominado por “seleção natural”, isto é, os que de facto estarão em condições para assumir seja que nova função for.

Em relação aos **fardamentos e EPI's**, admitem um erro da parte do último fornecedor contratado, que só agora será corrigido, com a chegada de novos materiais. O STML lembrou a importância de ouvir previamente os trabalhadores, o próprio Sindicato ou, se existirem, os RdT's para a saúde, higiene e segurança.

Sobre os **materiais e ferramentas**, comunicaram que vão iniciar em setembro um processo de aquisição (em conjunto com o DSHS), de determinados itens, como de escadas. Têm noção que há carência de outros materiais, estando neste momento a procurar soluções que resolvam estes problemas.

Na dimensão própria das **viaturas**, entre vários tópicos, o STML referiu os problemas relacionados com a nova viatura com cesto incorporado que é utilizada na DIP. Em suma, a entrada no cesto, está direcionada para o lado esquerdo, ou seja, em direção à estrada com mais ou menos trânsito, criando problemas a nível da segurança dos respetivos trabalhadores. Da parte do DIEM, referem-se problemas com a aquisição de algumas viaturas, como por exemplo, não ter havido consulta prévia aos serviços (?).

No plano da melhoria das **condições de trabalho das instalações** do DIEM, referem ter feito há dois anos um relatório extenso sobre o que era prioritário. Contudo, admitem que ainda há problemas por solucionar. O processo de intervenções está centralizado na DMMC, que tem sido pouco ágil na sua execução. O STML lembrou o problema com janelas, chuveiros ou a falta de aquecimento nos balneários.

Por último, abordaram-se algumas carências e pequenos problemas que podem ser corrigidos, como, no primeiro caso, dos materiais que são necessários diariamente na zona da copa do DIP ou dos armários que não comportam todos os pertences dos trabalhadores.

STML debate com os responsáveis hierárquicos da CML os problemas que afetam os trabalhadores da Higiene Urbana.

# Respostas urgentes exigem-se!



A 10 de julho, o STML reuniu com a Direção Municipal de Higiene Urbana (DMHU), da qual demos nota na última edição deste Boletim. Um dos pontos consensualizados foi a necessidade de programar nova reunião para aprofundar os inúmeros assuntos e problemas que marcam a realidade diária de quem trabalha neste setor de atividade. Neste sentido, para **23 de setembro** está desde já agendada nova reunião, desta vez incluindo a Direção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC), para além da já habitual presença do responsável pela Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH). Este encontro terá como principal objetivo debater as intervenções e melhorias nas instalações da higiene urbana, consensualizadas no **acordo** celebrado entre a CML e o STML em junho de 2023.

**Por outro lado, a 12 de setembro, a estrutura sindical do STML na Higiene Urbana (Dirigentes e Delegados do setor), decidiu realizar em outubro uma nova ronda de plenários, onde se procurará debater com todos os trabalhadores uma proposta de ação reivindicativa.**

Também a reativação do grupo de trabalho conjunto – STML/CML – sobre a construção de uma proposta sobre as profissões de desgaste rápido a enviar à Assembleia da República, terá lugar neste mês de setembro (25.09). Depois de quase um ano de espera, voltamos a debater com os responsáveis do município os contornos de um documento conjunto que se espera, depois de concluído, enviar aos atuais decisores políticos do país. Aliás, o assunto envolvendo o reconhecimento das profissões de desgaste rápido no seio dos trabalhadores da limpeza urbana, assume uma importância e sensibilidade maiores, como foi bem evidente na manifestação realizada no passado dia 25 de junho pelo STML, em conjunto com o STAL.

É sobre este tópico em particular, do reconhecimento das profissões de desgaste rápido, ao qual se soma o alargamento e atualização do suplemento de insalubridade e penosidade, que

motivou um novo passo da luta iniciada em junho último. Neste sentido, **a 20 de setembro, voltou-se a sair à rua, desta vez partindo do Jardim da Estrela até à residência oficial do 1.º Ministro.** Reproduzimos em baixo, uma parte do comunicado de mobilização para esta ação de luta.

**Reconhecimento das Profissões de Desgaste Rápido! Alargamento e atualização do Suplemento de Insalubridade e Penosidade! Porque a LUTA tem de continuar!**

A 25 de junho deste ano, centenas de trabalhadores da CML e das Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa engrossaram a manifestação nacional convocada pelo STML e pelo STAL em torno de três reivindicações em particular: o reconhecimento das profissões de desgaste rápido e o alargamento e atualização do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP).

Estas reivindicações são centrais na vida de quem trabalha nos setores operacionais das autarquias, com destaque para os trabalhadores da remoção, limpeza e higiene urbana, sem descurar outras realidades setoriais onde se exige, justamente, a atribuição do SIP, mas também o reconhecimento da respetiva profissão como de desgaste rápido. É o caso dos coveiros, dos eletricitistas, bombeiros, calceteiros, dos trabalhadores da brigada de coletores, da Casa dos Animais de Lisboa, das oficinas do DRMM, entre muitos outros.

Como o Sindicato sempre afirmou, a 25 de junho iniciou-se com uma grande participação dos trabalhadores da cidade de Lisboa – CML e Juntas de Freguesia -, um processo que terá agora continuidade. Ao Governo exigem-se respostas a estas matérias, sentidas por milhares de trabalhadores de norte a sul do país, como ficou claramente demonstrado nas cerca de 25 mil assinaturas entregues na Residência Oficial do 1º Ministro no passado mês de junho, das quais, perto de 1.600 de trabalhadores do concelho de Lisboa.



## **Pela luta dos trabalhadores, começam a melhorar as condições de trabalho no Arquivo Municipal. Contudo, do edifício único e digno para o Arquivo, nem uma única palavra do Executivo...**

A 26 de junho, os trabalhadores do AML, em conjunto com o seu Sindicato, concentraram-se na Praça do Município exigindo respostas aos seus problemas. No final desta ação de protesto, diversos trabalhadores expressaram ao Presidente da CML as dificuldades que encontram no seu dia-a-dia, destacando a urgência na operacionalidade do sistema de Ar, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC). Relembramos que a sala do arquivo geral, do núcleo do Bairro da Liberdade, que alberga mais de 15 pessoas, há mais de um ano que não conhece a renovação do ar.

Os danos a nível do quadro respiratório que podem surgir pela longa exposição ao ar saturado, e que é agravado pelo manuseamento diário de documentos com décadas de existência – que libertam não só pó, como alguns mesmo químicos – são conhecidos por todos, motivos mais do que suficientes para uma urgente resolução deste problema.

Neste mês de junho, na referida iniciativa, foi entregue um abaixo-assinado que, para além dos problemas com o AVAC, também incluiu outras matérias. Neste sentido, alertou-se para o desinvestimento e a conseqüente paralisação progressiva dos equipamentos de digitalização e, mais importante ainda, o facto de que há largos meses não se conhecerem novidades sobre a prometida edificação do edifício único do AML. Por último, abordou-se a desigualdade de tratamento dos trabalhadores sobre a possibilidade de marcação de mais 3 dias de férias anuais, face ao expresso no ACEP celebrado em 2019, entre o STML e a CML.

Passados cerca dois meses e meio da data da entrega do abaixo-assinado, vêem-se movimentações no sentido de iniciar a reparação do sistema AVAC. Em inícios de setembro, o AML é avisado pela DMMC/ DIEM que iria iniciar os trabalhos de manutenção preventiva do sistema AVAC, na sequência da contratualização de uma empresa privada especializada na área.

Sobre os restantes temas que levaram os trabalhadores à “porta” da CML no passado mês de junho, o silêncio parece ser a única conclusão a tirar até ao momento. Caso a CML continue a navegar neste mar de passividade, caberá aos trabalhadores, com o STML, decidir os caminhos que melhor servem à defesa dos seus direitos e dos interesses da cidade e da sua população.

### **STML contacta os trabalhadores das áreas técnicas e administrativas da CML...**

Propositando retomar o trabalho nas áreas técnicas e administrativas da CML, o STML irá durante as próximas semanas dar início a uma nova ronda de visitas e plenários em vários locais de trabalho para ouvir os trabalhadores e encontrar soluções e respostas consensuais aos seus problemas. Esteve-se no Edifício Municipal do Campo Grande e prepara-se plenário com as tra-

balhadoras das Unidades de Educação, também com os trabalhadores da Alexandre Herculano. Realizaram-se visitas à Rede de Bibliotecas Municipais, a 17, 18 e 19 de setembro, onde o problema com os horários de trabalho se mantém. Há mais de dois anos que se aguarda pelo início do processo negocial sobre esta temática, numa responsabilidade exclusiva da CML.

No campo da falta de respostas, são muitas as situações que carecem de solução urgente por parte do Executivo, e que, por ausência de vontade política, não se resolvem. Exemplos:

- As condições de trabalho associadas à **falta de manutenção e conservação de muitas instalações e edifícios**, destacando o caso do Edifício da Rua Alexandre Herculano, onde a promessa de iniciar obras, não passa de isso mesmo! O verão passou, o inverno avizinha-se! E estes trabalhadores continuam, por exemplo, com o problema das condições térmicas insuportáveis, porque ainda não foram, tal como comprometido pelo Executivo, substituídas as caixilharias e os vidros das janelas.
  - A gravidade da **inexistência de planos de emergência na maior parte dos locais de trabalho**. É um incumprimento legal grave, que coloca em perigo a vida dos trabalhadores e a dos próprios munícipes quando aos serviços se dirigem.
  - O **desconhecimento sobre os procedimentos para o reembolso do pagamento às ordens profissionais**, cujo compromisso do pagamento foi assumido pela CML em 2023.
  - **A não resposta e os sucessivos atrasos aos processos de pedidos dos trabalhadores junto dos recursos humanos da CML**, sem esquecer tudo o que envolve a avaliação de desempenho pelo SIADAP
  - Sobre o **esvaziamento de funções dos assistentes técnicos (fiscais municipais) afetos à Polícia Municipal**. Relembramos que a DMRH ficou de resolver este problema há mais de um ano. Estes trabalhadores continuam assim, sem poder exercer as funções de fiscalização, funções essas que exerceram durante mais de duas décadas.
  - O **não reposicionamento justo na Tabela Remuneratória Única (TRU) dos Fiscais Municipais e dos Guardas-florestais**, que continuam em posições remuneratórias “fantasmas”.
  - **A progressiva e negativa desumanização dos procedimentos burocráticos que envolvem o contacto, acompanhamento e ligação ao DSHS/Medicina do Trabalho**. Aliada à má prestação dos serviços de medicina, principalmente nos acidentes de trabalho e doenças profissionais, acresce a falta de serviços de prevenção e segurança no trabalho.
- Matérias que só o Executivo liderado por Carlos Moedas pode solucionar, através da respetiva decisão política. O STML para além de informar, esclarecer e melhor conhecer os problemas que afetam os trabalhadores da autarquia, para depois intervir junto de quem tem a responsabilidade de lhes dar resposta, aproveita também para aprofundar o caminho que afirma que só com o envolvimento imprescindível dos trabalhadores na resolução dos seus próprios problemas conseguimos construir um Sindicato à sua medida.



# Bombeiros avançam para a GREVE!

Perante a ausência de respostas às expectativas e reivindicações dos bombeiros, quer por parte do Governo, quer por parte da maioria dos partidos com assento na Assembleia da República, é o caminho da luta que se ergue no imediato.

Não aceitamos continuar a ser desvalorizados por quem tem a obrigação de resolver os problemas que degradam há demasiado tempo as condições de vida e de trabalho dos profissionais do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, o maior corpo de bombeiros profissionais do país!

Neste sentido, considerou essencial o STML ter chegado o tempo dos Sapadores Bombeiros, no seu todo, demonstrarem a sua insatisfação, de forma organizada e determinada!

Este é o momento de se colocarem de parte velhas quezílias e diferenças, é o momento de todos nós, bombeiros, e seus representantes sem exceção, defendermos como um todo quem realmente interessa: os **BOMBEIROS SAPADORES E A SUA CARREIRA!**

Todos os bombeiros, bem como o STML, reivindicam o seguinte:

- A revisão do Estatuto de Pessoal dos Bombeiros Profissionais da Administração Local, nomeadamente a revisão da tabela remuneratória, valorizando todos os salários a partir da posição remuneratória de entrada para a carreira e que garanta que a remuneração base não é inferior à Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) e uma justa e adequada Progressão e Promoção na carreira;
- A valorização de uma posição remuneratória (52€) a todos os Bombeiros Sapadores, prevista no DL 84-F/2022, com efeito à data da sua aplicação;
- A atualização dos suplementos, de disponibilidade permanente, de penosidade, insalubridade e risco, que constam na remuneração base dos Bombeiros Profissionais da Administração Local;
- O reconhecimento da Carreira de Bombeiro Sapador como Profissão de Desgaste Rápido;

- A revisão do regime de aposentação, alterado em 2019, garantindo que os Bombeiros Sapadores tenham uma reforma digna, justa e em idade que tenha em conta o desgaste físico e psicológico a que estes profissionais estão sujeitos durante a sua vida de trabalho;
- A criação de um sistema de avaliação específico, sem quotas, ajustado à especificidade e à natureza da sua atividade;
- A reposição do direito a um descanso compensatório de igual duração ou ao acréscimo de 100% do trabalho prestado em dia feriado obrigatório em órgão ou serviço legalmente dispensado de suspender o trabalho em dia feriado.

Assim, o STML, de forma a dar voz ao descontentamento destes profissionais que se recusam a deixar passar mais duas décadas sem serem ouvidos, convoca os cerca de 3 mil sapadores bombeiros existentes a nível nacional para encetar uma luta que se quer histórica! Uma luta que, a persistirem as **não respostas** do atual Governo, será também em crescendo! Uma luta em defesa de uma carreira que de facto dignifique os Bombeiros, só possível com uma revisão séria da mesma, à semelhança do já sucedido com outras realidades profissionais.

Como tal, o STML irá promover diversas ações de luta, nomeadamente no **recurso à GREVE, a partir das 00,00 horas do dia 01 de outubro às 24,00 horas do dia 13 de outubro** de 2024, abrangendo todos os trabalhadores do Regimento de Sapadores Bombeiros do Município de Lisboa. Caso o Governo persista na sua postura de indiferença, a **Greve será prolongada até ao fim de outubro, ao qual se seguirá uma MANIFESTAÇÃO na primeira quinzena de novembro**, que se pretende nacional, bem como a **continuação do período de greve até ao fim desse mesmo mês.**

O STML conta com os contributos de todos, sem exceção e, tal como ontem, também hoje continuará disponível para todos ouvir!

# STML intervém junto da CML sobre a segurança e condições de trabalho no Edifício Municipal do Campo Grande



**O STML teve de intervir junto do Executivo, por mais do que uma vez, para expor o problema que afeta a segurança dos técnicos de atendimento da Secretária-geral e para encaminhar um abaixo-assinado dos trabalhadores assistentes operacionais sobre as condições dos balneários do Edifício Central do Campo Grande.**

Relativamente aos técnicos de atendimento da Secretária-geral, Departamento de Relação com o Múncipe e Participação – Divisão de Atendimento – Lojas Atendimento Municipal, os trabalhadores confrontam-se diariamente com vários problemas, sendo a questão da insegurança por ofensas e ameaças à sua integridade física que mais os atormenta. Estas situações recorrentes foram reportadas inúmeras vezes pelos trabalhadores às suas chefias e a este sindicato. O STML alertou o Executivo para que adotasse medidas que contribuíssem para minorar as deficiências de segurança identificadas.

O facto de estes técnicos não terem formação específica para desenvolverem este tipo de atendimento, aliado aos procedimentos arbitrários, orientações e informações contrárias entre vários técnicos, tem gerado conflitos com o município, muitas vezes criando situações de insegurança para os trabalhadores que são vítimas de injúrias e de ameaças.

Contudo, há outros aspetos que contribuem ainda mais para o sentimento de insegurança, tais como:

- A não existência de barreiras físicas entre o trabalhador e o município, facilitando o acesso a «armas de arremesso» nas situações de conflito;
- O perfil não assertivo dos trabalhadores de vigilância e segurança;
- A falta da presença de agentes da autoridade no edifício e o fácil acesso através da porta rotativa a partir da Avenida 5 de Outubro.

Perante este cenário, o STML enviou uma exposição aos responsáveis municipais, onde se exigiu:

1. Que a salvaguarda do atendimento de áreas específicas seja efetuada por técnicos com competência e formação adequada;
2. A criação de procedimentos idênticos para as mesmas questões do atendimento da área da habitação;
3. A garantia pela comunicação entre técnicos de atendimento e assistentes sociais;
4. Que providencie o número suficiente de trabalhadores para as necessidades dos serviços;
5. Que garanta a segurança dos trabalhadores, criando condições que diminuam a possibilidade de agressões físicas;
6. Que disponibilize equipamento de trabalho, nomeadamente informáticos e de digitalização, adequados e operacionais com respostas céleres no atendimento de forma a não potenciar a ocorrência de conflitos com o município;
7. Que se certifique que as acessibilidades ao edifício municipal são vigiadas por elementos da segurança, além de assegurar a presença diária da Polícia Municipal.

O STML reforçou ainda que, **enquanto as medidas propostas não forem implementadas, pelo menos seja reposta a presença de agentes da autoridade na Loja de no edifício**, procurando, neste sentido, evitar situações mais graves no futuro.

A CML em resposta, enviou ao Sindicato um ofício a garantir a permanência diária, a partir de setembro, de um agente da PM no átrio do edifício e a presença de agentes durante as candidaturas aos programas de habitação que ocorreram no mês de agosto. O STML aguarda a célere adoção das restantes medidas propostas.

**Por outro lado, há muito que os balneários do edifício do Campo Grande se encontram em estado de degradação e apresentam condições insalubres.** Os Assistentes Operacionais que desempenham funções neste local de trabalho, e que necessitam de utilizar diariamente os balneários, entregaram, através do STML, um abaixo-assinado a reivindicar a melhoria das atuais condições neste espaço. A DMRH respondeu alegando que foram de imediato ao local, acompanhados da DMC, e que identificaram as necessidades de correção, para as quais irão iniciar as respetivas obras.



**Da história de uma “pala maravilhosa” que o Presidente da CML destaca para Lisboa... mas que não deve tapar os olhos de quem vive e trabalha na cidade!**

## **Os problemas reais na Higiene Urbana: contradições, inverdades e respostas urgentes!**

A 2 de agosto, o Presidente Carlos Moedas concedeu uma entrevista à comunicação social, onde aborda vários temas que preocupam os lisboetas, mas também os trabalhadores do município e o próprio STML. Dos assuntos abordados, em particular um tópico merece um esclarecimento público, nomeadamente o relacionado com a limpeza e higiene urbana da cidade.

Não iludindo o problema estrutural da reforma administrativa que o seu partido (PSD) aprovou em 2012 com o PS na Assembleia da República, implementada nos dois anos seguintes com a extinção e/ou fusão de freguesias, às quais se somaram a transferência de competências, assumindo as Juntas de Freguesia de Lisboa novas responsabilidades, entre as quais, parte da limpeza e higiene urbana (varredura, lavagem e deservagem), cabendo à CML a remoção de resíduos sólidos, o Presidente afirmou estar perante um “sistema disfuncional”. Contudo, nada aponta de fundamental para a superação desta disfuncionalidade.

Desde 2014 até hoje, que a cidade tem corrido atrás do prejuízo causado em exclusivo pelos partidos políticos referidos. No plano laboral são também evidentes, porque indissociáveis, as consequências destas opções. Enquanto anteriormente existia uma Direção do serviço de Higiene Urbana, passaram a coexistir 25 (!), com a consequente descoordenação e evidentes repercussões na qualidade do serviço prestado. Nas juntas de freguesia assistiu-se a um aumento exponencial da precariedade, com a contratação abusiva e recorrente de trabalhadores a recibos-verdes, a par de uma inaceitável desvalorização das condições de trabalho e dos direitos de quem trabalha. Na Câmara Municipal, apesar dos concursos de admissão verificados nos últimos anos para cantoneiros e condutores, há ainda uma carência de meios humanos, e de meios mecânicos (viaturas pesadas e ligeiras de remoção). Um serviço municipal que naturalmente deveria acompanhar em termos de recursos o crescimento da cidade e as dinâmicas próprias associadas, por exemplo, ao turismo. Muito há ainda por fazer seguramente.

É oportuno relembrar, que este processo foi consensual entre estes dois partidos na votação que teve lugar na Assembleia Municipal de Lisboa. Se o Presidente Carlos Moedas afirma hoje “estar acima dos partidos”, é preciso sublinhar que todo o seu percurso político foi sempre feito sob a alçada do PSD, sem esquecer que o cargo que ocupa é exclusivamente político. Para quem anda mais atento, revela o que é moda nos tempos que vi-

vemos, ou seja, negar a verdade e o que é evidente, numa prática há muito definida como mero populismo.

A degradação do serviço público municipal de Limpeza e higiene urbana muito se deve às opções políticas do PS/PSD.

O Presidente afirma que um dos grandes problemas da limpeza da cidade se prende com a falta de recolha aos domingos. Apesar de manter um diálogo constante com os “sindicatos” sobre esta possibilidade, deixa no ar a ideia de que, se tal ainda não aconteceu, é porque os “sindicatos” não deixam... Sobre os trabalhadores da higiene urbana, aponta a contratação de 296 cantoneiros desde que foi eleito em 2021, além de afirmar, taxativamente, que “fui eu que paguei pela primeira vez o suplemento de insalubridade e penosidade a estes homens e mulheres...”

Considerando que o STML é o Sindicato que historicamente acompanha os trabalhadores do município de Lisboa, em particular deste setor de atividade, interessa colocar alguns pontos nos i's, face às declarações do Presidente de Câmara:

Neste sentido, sobre a questão artificialmente criada do trabalho ao domingo como resposta para todos os males na higiene urbana...

1. O horário normal de trabalho na limpeza e higiene urbana é de segunda a sexta-feira, sendo o trabalho realizado ao sábado, domingo ou em dia-feriado, pago como trabalho suplementar. Na prática, **o trabalho suplementar está instituído há largos anos neste setor de atividade**, assumindo-se assim a sua natureza permanente e indispensável. Na verdade, a quase totalidade dos trabalhadores da higiene urbana já trabalha de segunda a sábado (6 dias seguidos), acrescendo o domingo, dia de descanso obrigatório, que tem apresentado um número crescente de circuitos de remoção, trabalho este realizado através de escalas, ou em regime de voluntariado. Em suma, o trabalho ao domingo é uma realidade.
2. Da parte do Executivo, **não há nenhum processo negocial aberto com o STML para debater o trabalho ao domingo**, tornando-se incompreensível as declarações do Presidente da CML. Contudo, o sindicato não está indisponível para ouvir eventuais propostas da autarquia, sabendo que caberá aos trabalhadores a última palavra sobre o que melhor defende os seus direitos, principalmente no plano da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.



### Sobre a contratação e reforço de pessoal na higiene urbana...

1. Apesar do baixo salário (mais 1€ que o SMN) e a falta de perspetivas de uma progressão justa na carreira, é verdade que nos últimos três anos entraram cerca de 293 trabalhadores para a função de cantoneiro e 59 trabalhadores para a função de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais.
2. Porém, se estes números são reais em termos de candidatos aprovados e integrados no Mapa de Pessoal do município, **não o são em termos de reforço efetivo do setor da higiene urbana.** Porquê? Por várias razões:
  - a. Pelo reforço de outros setores de atividade da CML com o recurso aos trabalhadores que entraram para função de cantoneiro. Opção com a qual o STML não discorda e muito menos critica.
  - b. A elevada pressão a que este setor está sujeito, em termos de opinião pública, obriga os trabalhadores a laborarem em condições muitas vezes ofensivas aos seus direitos no campo da saúde e segurança no trabalho, motivos que justificam o elevado índice de acidentes de trabalho, sem paralelo no município.
  - c. Acresce a aposentação todos os anos de aproximadamente 50 trabalhadores operacionais.

### Sobre o Suplemento de Insalubridade e Penosidade assumido por Carlos Moedas...

1. **O Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP) foi uma conquista dos trabalhadores operacionais da CML nos anos 80.** Durante mais de trinta anos exigiu-se a sua efetiva regulamentação junto de sucessivos governos, não só para a cidade de Lisboa, como para o resto do país no plano da sua atribuição e aplicação, o que só se veio a verificar em 2021.
2. Os trabalhadores da higiene urbana do município de Lisboa recebem este suplemento há mais de três décadas. **Fruto de várias lutas, foi possível a atualização do valor do SIP em 2009, assim como nova atualização em 2022, além do seu pagamento em período de férias, com retroativos a 2021.**

**Face ao exposto, os três tópicos relacionados com a Higiene Urbana verbalizados pelo Presidente Carlos Moedas na sua entrevista à comunicação social, não explicam, antes confundem a opinião pública, não resolvem, antes protelam os problemas conhecidos, não são rigorosos, antes alimentam ilusões assentes em inverdades.**

O que o serviço municipal de remoção de resíduos sólidos carece urgentemente, é de:

- **Mais trabalhadores, entre cantoneiros e condutores;**
- **Mais viaturas, operacionais, eficazes e adequadas às especificidades da cidade;**
- **Mais trabalhadores nas oficinas que reparam e mantêm a frota municipal operacional;**
- **Mais formação profissional;**
- **Mais investimento na melhoria das condições de trabalho;**
- **Mais sensibilidade na definição e redefinição dos circuitos de remoção;**
- **Mais campanhas de sensibilização e maior fiscalização junto da população, e junto dos grandes produtores de resíduos (hotéis, supermercados, restaurantes, cafés, bares, etc.).**

Por último, mas não menos importante, **urge respeitar os direitos dos trabalhadores e as normas de saúde e segurança no trabalho,** nomeadamente dando cumprimento em todas as dimensões ao acordo celebrado entre a CML e este sindicato em junho 2023, e garantir uma organização do trabalho que salvguarde a sua saúde e integridade física, diminuindo assim os acidentes de trabalho.

As declarações do Presidente da CML parecem revelar, acima de tudo, uma preocupação com as eleições autárquicas que se preveem realizar em setembro do próximo ano e menos em avançar com soluções sérias e respostas claras aos graves problemas que se vivem no serviço público municipal da limpeza e higiene urbana.

Lisboa, 12 de agosto de 2024  
A Direção do STML

# PELAS JUNTAS DE FREGUESIA

## LUMIAR

No âmbito do processo negocial iniciado no início deste ano para a celebração de um novo ACEP, face a várias reuniões entretanto realizadas, espera-se que em setembro seja possível assinar este instrumento de regulamentação coletiva que permite aos trabalhadores alcançarem e consolidarem novos direitos. Neste momento, está consensualizado o enquadramento do SIP sobre 12 meses, ou seja, incluindo o seu pagamento em período de férias, mas também a atribuição do descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado. Resta a majoração dos dias de férias via avaliação de desempenho (pelo SIADAP), com a Junta a contrapor uma solução um pouco diferente da proposta do Sindicato, que defende mais 3 de férias com avaliação positiva. Veremos como decorre a reta fina deste processo negocial, do qual informaremos oportunamente os trabalhadores.

## CARNIDE

A 8 de agosto teve lugar uma reunião com o Executivo, representado pelo seu Presidente Fábio Sousa. Considerando os problemas que afetam os dois postos de limpeza da freguesia, nomeadamente, afirmou o Presidente de Carnide que já fez chegar à CML uma proposta de localização para uma nova instalação, a par do respetivo orçamento para a sua construção. Neste momento, aguardam cabimentação no orçamento da CML para avançar com este processo. O STML propôs que durante o período incerto de espera, a Junta avaliasse e providenciasse uma solução temporária, proposta que será refletida pelo Executivo. Por outro lado, perante a necessidade de reforçar o setor da limpeza urbana com mais trabalhadores, a Junta referiu estar neste momento aberto um concurso de admissão de pessoal para a função de cantoneiro propositando preencher dez (10) vagas. Este concurso tem reserva de recrutamento. Foi também aberto um concurso direcionado para as escolas, visando contratar auxiliares de ação educativa. Num outro tópico, a Junta procedeu à aquisição de um conjunto significativo de meios mecânicos (roçadoras, sopradores, motosserras, etc.), que estão a ser entregues faseadamente. Prevê-se que em setembro, todos os materiais estejam disponíveis. Sobre o SIP em período de férias, consensualizado no novo ACEP, ficou agora assumido os seus retroativos a janeiro de 2021. Neste sentido, no Orçamento da Junta para 2025, serão cabimentadas verbas visando a regularização desta matéria. O pagamento, na totalidade ou faseado, será analisado em tempo oportuno.

## SÃO DOMINGOS DE BENFICA

A 27 de agosto, o STML reuniu com os trabalhadores desta freguesia. Deste plenário resultaram um conjunto de matérias que foram transmitidas ao Presidente da Junta, via ofício, com um pedido de reunião. Destes assuntos, destacamos a carência de meios mecânicos, como sopradores, além de limitações de

vária ordem envolvendo as varredoras mecânicas que sistematicamente avariavam ou se mantêm inoperacionais por largos períodos de tempo; também as três (3) carrinhas de apoio à limpeza urbana, apenas duas (2) se encontram ao serviço, apresentando uma delas problemas mecânicos recorrentes. Por outro lado, foram igualmente apontados os problemas no espaço do refeitório e do balneário, como a falta de limpeza e higienização, além de materiais diários indispensáveis às refeições dos trabalhadores. Por último, existe a necessidade de esclarecer determinadas matérias envolvendo o cumprimento de algumas cláusulas do ACEP celebrado em 2015, bem como do ACEP consensualizado recentemente (junho de 2024). Aguarda-se, portanto, uma reunião com o Executivo para debater estes e outros assuntos.

## ALCÂNTARA

A 2 de setembro, o Sindicato concluiu e celebrou finalmente com esta Junta um novo ACEP que garante importantes direitos aos trabalhadores desta freguesia, entre os quais a majoração de mais 3 dias de férias com avaliação positiva, via SIADAP; o descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado; ou o enquadramento do SIP sobre 12 meses, ou seja, incluindo o seu pagamento durante o período de férias dos trabalhadores. Depois de um longo processo negocial, o STML saúda os trabalhadores da Freguesia de Alcântara pela sua determinação, confiança e organização em torno do seu Sindicato, elementos vitais nas conquistas agora alcançadas. O STML continuará este caminho com os trabalhadores de outras freguesias da cidade de Lisboa onde ainda se negocia e/ou se luta pela obtenção destes mesmos direitos. Relembramos que a maior parte das Juntas de Freguesia que o STML acompanha, já normalizou positivamente este conjunto de direitos, entre outros.

## MARVILA

A 5 de setembro teve lugar uma reunião com o Executivo, representado pelo seu Presidente José António Videira. Sobre o reforço de pessoal, o Presidente informou que o último concurso de admissão para a área de higiene urbana terminou em agosto, com o esgotamento da reserva de recrutamento, tendo sido admitidos 15 trabalhadores, o que permitiu regularizar os trabalhadores com vínculos precários. Acrescentou ainda a saída, neste período, de 5 trabalhadores por concurso ou em mobilidade, o que coloca a necessidade de admissão de mais trabalhadores, ponderando a abertura de novo concurso em 2025. Informou também para 2025, abrir concurso para auxiliares de educação. O STML, uma vez mais, questionou como será assegurada a substituição do PL da Av.ª João Paulo II em virtude da construção do novo Hospital. A Junta refere que a solução equacionada para a construção de um PL provisório poderá ser num espaço junto ao Polidesportivo Capitães de Abril, mais perto dos terrenos já disponibilizados pela CML para a construção da instalação definitiva. Avaliam também respostas para o PL do Bairro do Arma-

dor, num processo que envolve a Gebalis. O STML alertou para os problemas existentes na caldeira do PL do Armador, insuficiente para assegurar água quente para todos os trabalhadores, facto que o Presidente desconhecia. Irá, neste sentido, intervir para a sua resolução imediata. Por último, perante a falta de segurança sentida pelos trabalhadores que têm de executar desmatação em algumas áreas com inclinação acentuada, o Presidente da Junta assumiu que já deu instruções para a aquisição de cordas e arneses. O STML alertou que a utilização destes meios deve ser sempre precedida de formação. Foi ainda referido pelo Sindicato, a insegurança que alguns trabalhadores sentem em algumas zonas da freguesia, tendo informado o Presidente que já deu orientações aos serviços para que se evitem certas zonas em horários considerados potencialmente problemáticos.

## ARROIOS

Perante as respostas concedidas a 24 de maio pelo Executivo ao abaixo-assinado entregue pelo STML, que não correspondem às expectativas, tanto do sindicato, como dos trabalhadores da Higiene Urbana, decidiu-se avançar para uma greve de 24 horas a realizar no dia 29 de julho. Tendo decorrido negociações entre o Sindicato e a Junta, ficaram assumidos, num memorando celebrado entre ambas as partes, um conjunto de compromissos que passam por: até ao final do ano, a Junta conferir o número de dias de férias relativos ao ano de 2022 e permitir o gozo dos dias férias em falta relativos a esse ano, face ao disposto no ACEP; assumir as diligências necessárias no sentido de lançar a empreitada das intervenções urgentes no PL do Largo do Mastro, perspetivando o seu início durante o mês de setembro; até ao final do mês de setembro, assinar com o STML uma revisão do ACEP que, para além de outras matérias a rever, enquadre o pagamento dos suplementos noturno e de insalubridade e penosidade no período de férias e, por último, reforçar o investimento na contratação de mais trabalhadores e o incremento da verba em 2025 para a aquisição de meios materiais e mecânicos. Perante estes compromissos, o STML e os trabalhadores decidiram a suspensão da greve prevista para 29 de julho, abrindo-se agora um período de diálogo com a Junta, que tem já agendada para 23 de setembro nova reunião.

## MISERICÓRDIA

A 2 de agosto o Sindicato reuniu com o Executivo, representado pela sua Presidente Carla Madeira. Sobre a celebração de um novo ACEP com STML, visando o pagamento dos suplementos de carácter permanente, nomeadamente o suplemento noturno e o SIP, durante 12 meses, a Presidente mantém um conjunto de dúvidas no plano jurídico que neste momento não permite encarar esta possibilidade. Referiu ter expectativas que no próximo Orçamento do Estado para 2025, da responsabilidade do Governo AD (PSD/CDS-PP), sejam criadas alterações legislativas que permitam esclarecer e superar estas dúvidas. Da parte do STML, sublinhou-se que as respostas a estas reivindicações estão perfeitamente enquadradas no atual quadro legal e, se assim é, só a vontade política, ou a sua ausência como se percebe, pode explicar a posição transmitida pela Presidente da Junta da Misericórdia. Por outro lado, informaram que decorre neste momento um concurso público de admissão, cujas provas práticas estão

previstas para setembro. Este concurso irá reforçar este sector com 10 trabalhadores, existindo reserva de recrutamento que, hipoteticamente, será esgotada. Ante do fim do ano, espera-se que os novos trabalhadores-cantoneiros entrem ao serviço. Considerando as críticas em relação ao fardamento, a Junta refere terem sido já solucionados alguns problemas. Porém, o Sindicato apontou a necessidade de distribuir ou alargar o número de peças de determinados itens por cada trabalhador (ex. casacos), além das camisolas (t-shirts) que não têm alta visibilidade, o que é um problema para os cantoneiros, principalmente do período noturno. A Junta referiu que irá solucionar ambas as questões. Por último, sobre as condições de trabalho no PL Eduardo Coelho, a Junta referiu estarem já identificados todos os problemas que urge corrigir. Também irá intervir no novo PL, face ao relatório em termos de saúde, higiene e segurança enviado pelo STML. A 11 de setembro, o STML reuniu com os trabalhadores e, perante as respostas do Executivo às suas reivindicações, a vários níveis insuficientes, ficou decidido uma greve das 00h00 do dia 14 de outubro às 08h00 do dia 15 de outubro. Também neste dia de greve, os trabalhadores irão distribuir pelas ruas da freguesia um comunicado à população a explicar as razões da sua luta.

## PENHA DE FRANÇA

A 12 de setembro, o Sindicato reuniu com os trabalhadores e ficou decidido uma manifestação pelas ruas da freguesia no dia 1 de outubro, propositando explicar aos fregueses o desrespeito a que têm sido sujeitos pelo Executivo da Junta. Os motivos desta ação de luta são há muito conhecidos. Em suma, cumprir com o disposto no ACEP em relação ao descanso compensatório pelo trabalho em dia feriado e o pagamento do SIP em 12 meses. Relembramos que o processo reivindicativo dos trabalhadores desta freguesia foi iniciado há quase um ano, tendo-se realizado várias ações de luta (concentração-manifestação-greve-intervenções na assembleia de freguesia-colagem de cartazes em espaço público-distribuição de informação à população). Face à postura a todos os níveis incompreensível do atual Executivo (PS/LIVRE), os cantoneiros e o Sindicato deixam uma certeza: ninguém irá baixar os braços! Sabemos que a razão e a lei estão do nosso lado! No horizonte, a possibilidade de recorrer novamente à greve.

## BELÉM

Na última ação de luta dos cantoneiros desta freguesia, em inícios de maio com concentração à porta da Sede da Junta, foi finalmente possível reunir com o Presidente do Executivo. Nesta reunião, foi assumido conceder uma resposta às reivindicações dos trabalhadores em tempo oportuno. Contudo, o silêncio por parte do responsável máximo de Belém, mantém-se. Neste sentido, ficou consensualizado entre o Sindicato e os trabalhadores no passado mês de junho, avançar com novas formas de protesto, cujos contornos deverão ser alinhavados ainda durante este mês de setembro. Relembramos que a luta há muito travada pelos cantoneiros de Belém, entre outros assuntos, prende-se com a celebração de um ACEP onde sejam garantidos a majoração de mais 3 dias de férias, o descanso compensatório pelo trabalho em dia feriado, além de enquadrar os suplementos de carácter permanente em 12 meses (SIP e Noturno), incluindo assim o seu pagamento durante o período de férias.



Gebalis

Os trabalhadores da GEBALIS continuam à espera de uma resposta do Conselho de Administração (CA) às suas justas reivindicações. São eles que garantem, convém recordar, o funcionamento da empresa responsável pela gestão dos bairros municipais de Lisboa.

“Pelo respeito do AE, pelo direito à negociação e por aumentos salariais reais” é o que sintetiza o documento entregue, em maio, aos administradores. O mesmo foi assinado por muitos trabalhadores e exige, como o próprio título indica, um verdadeiro processo negocial com os representantes sindicais, conforme consagrado no Acordo de Empresa (AE). O documento, no entanto, ainda não mereceu nenhuma resposta por parte dos responsáveis máximos da empresa municipal.

Aqueles que trabalham na GEBALIS honram, todos os dias, os seus compromissos para com os residentes dos bairros municipais lisboetas. Isto quando, com o seu trabalho, conseguem atingir, e muitas vezes ultrapassar, os objetivos que os administradores assumem perante o “patrão” (a CML). Por isso, quem trabalha na GEBALIS assume o seu protesto por não ver o salário subir em conformidade com a realidade, com o custo de vida exorbitante que a capital do País tem para oferecer.

Um segundo abaixo-assinado foi também entregue ao CA em setembro. O documento diz especificamente respeito aos eletricitistas (assistentes operacionais) e fiscais de zona (assistentes técnicos). Estes profissionais estão a lutar pelo pagamento do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco. Eles estão sujeitos, diariamente, a condições de trabalho que são indiscutivelmente penosas, insalubres e de risco, que exigem uma sobrecarga física e psíquica, e cujas condições ambientais, bem como os meios utilizados no exercício da atividade, põem em causa a sua saúde. Será bom lembrar que o mesmo suplemento passou a ser pago, entretanto, aos eletricitistas da CML.

Os trabalhadores da GEBALIS esperam ainda que o CA ponha em prática o compromisso assumido na última reunião geral da empresa. Designadamente, que ela passe a suportar o custo do cartão navegante metropolitano - no caso dos utilizadores de transportes públicos.

O STML realizou, por outro lado, duas visitas, no âmbito da segurança, saúde e higiene no trabalho, aos postos que permanecem ativos na Bensaúde: o espaço, recentemente reabilitado, da Equipa de Eletricitistas e as instalações do Contact Center.



Em 2018, o STML, após contactar as duas dezenas de trabalhadores da então denominada Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, iniciou o processo para a celebração de um Acordo de Empresa (AE). Passados quase seis anos, a agora SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, que cresceu para pouco mais de 100 trabalhadores e assume a maioria das grandes obras na cidade, é a única empresa municipal de Lisboa que não tem um AE.

Lembramos que a proposta inicial do documento foi sendo contruída em conjunto com os trabalhadores ao longo dos anos. Contudo, apenas em maio de 2023, é que se realizou a reunião para a apresentação da mesma aos atuais administradores. O documento que lança as bases para um futuro AE foi entregue a um Conselho de Administração (CA) pela primeira vez, recorde-se, em dezembro de 2020.

Depois de inúmeras alterações à composição do CA, só em junho deste ano é que se avançou um pouco mais neste processo. Desde então, foi realizada apenas uma reunião com os administradores. Isto com eles a manifestarem alguma relutância na celebração do AE, questionando se seria esta a melhor ferramenta para defender os interesses dos trabalhadores.

Para o STML, os exemplos dos acordos em vigor na GEBALIS e EGEAC são a prova mais evidente de que as dúvidas apresentadas pelo CA da SRU não têm qualquer razão de ser. Tais acordos são, inegavelmente, diretamente responsáveis pela melhoria das condições profissionais e de vida dos trabalhadores.

Ultrapassada a resistência inicial, o STML reenviou a proposta de AE à Administração, que, por seu turno, se comprometeu a auscultar, também ela, os trabalhadores sobre o assunto. Munido com estes contributos, o CA deverá apresentar então uma contraproposta ao nosso Sindicato, prevendo-se que a discussão conjunta possa ocorrer em breve.

A contratação coletiva, sublinhe-se, é um instrumento que contribui para melhorar as condições de vida e de trabalho dos profissionais, criando um enquadramento normativo interno que salvaguarda os seus direitos e as suas expectativas, não só no presente, mas principalmente para o futuro.

Na sequência de um contacto feito por um grupo de profissionais da SRU, o STML decidiu realizar, durante o mês de setembro, várias reuniões de trabalho para melhorar a proposta de AE. O referido grupo está a rever o documento cláusula a cláusula. Estes encontros têm servido ainda para esclarecer as dúvidas que possam subsistir junto de alguns trabalhadores.

Tratou-se igualmente de uma oportunidade para incluir no documento as matérias que foram surgindo durante as visitas e os plenários, como o seguro de responsabilidade civil dos gestores de contratos, as inscrições nas ordens profissionais e o passe de quem se desloque para o trabalho utilizando os transportes públicos (navegante metropolitano). Tudo assuntos já abordados nas reuniões com a atual Administração, que se comprometeu a avaliá-los em pormenor.



O STML reuniu-se, no passado mês de julho, com o Conselho de Administração (CA), para ouvir as respostas e explicações dos responsáveis sobre um leque diverso de reclamações e pedidos dos trabalhadores operacionais em relação às suas condições de trabalho.

O nosso Sindicato, recorde-se, alertou o CA para vários constrangimentos sentidos pelos profissionais em causa. Chamámos a atenção, por exemplo, para as consequências do novo horário de funcionamento dos pavilhões, que alterou, por sua vez, o horário de trabalho; para a inadequação, em termos de proteção face às condições atmosféricas, da estrutura onde é feito o controlo da entrada de veículos; e para as condições dos balneares. Além de haver a suspeita de que a videovigilância nos pavilhões estaria a ser utilizada para controlar a execução do trabalho por parte dos profissionais.

Após a reunião, algumas das situações apontadas e discutidas foram retificadas. Foi o caso da afixação do horário de trabalho completo (com todas as entradas, pausas e saídas) e do mapa de férias. A Administração do MARL também deu a garantia ao STML de que a videovigilância não é utilizada para controlar a produtividade, nem a assiduidade dos operacionais.

Logo depois da reunião com o CA, foi realizada uma visita às instalações de “backoffice” e aos balneares dos operacionais. Relativamente a estes últimos, apesar de apresentarem boas condições, o STML deixou aos administradores e chefias presentes a seguinte observação: a localização dos balneares não é a mais conveniente para os trabalhadores.

No mês de abril, conforme foi também recordado pelo nosso Sindicato, os mesmos trabalhadores entregaram um abaixo-assinado aos responsáveis do MARL, exigindo a reposição das 35 horas de trabalho semanal e dos 25 dias de férias, bem como a criação de um subsídio de transporte. Embora o presidente do CA tenha mostrado sensibilidade às reivindicações e assumido o compromisso de encontrar soluções, a verdade é que ainda não houve qualquer concretização.

Independentemente do novo quadro político e do recente Governo, resultantes das últimas eleições legislativas, e que afetam sempre empresas como o MARL, o STML lembra que estão em causa matérias que unem todos os trabalhadores e que podem, havendo vontade, ser resolvidas.

Noutra frente de conversações, já foi formalizado um pedido de reunião para retomar o processo negocial em torno do primeiro Acordo de Empresa.

A 22 de maio, o STML entregou ao Presidente do CA um abaixo-assinado com mais de 260 assinaturas de pessoas da empresa que exigiram um aumento salarial de 150€, além do respeito pelo Acordo de Empresa em matéria de negociação salarial anual. **A 17 de julho**, o STML reuniu novamente com o CA. Das respostas aos vários processos importados pelo Sindicato para esta reunião, poucas ou nenhuma foram de encontro às reivindicações e expectativas dos trabalhadores.

Assim, sobre os aumentos salariais para 2024, **não** houve qualquer abertura ou aproximação face à proposta apresentada pelo STML. Sobre o reforço de pessoal, urgente em vários equipamentos, o CA contra-argumenta com contratações avulsas que não respondem aos problemas conhecidos nesta dimensão. Mais. **Mantém e aprofunda**, em vez de contrariar, a linha de contratação de trabalhadores altamente qualificados para funções de complexidade inferior, com salários-base também eles baixos. Neste encadeamento, **continua a não responder** cabalmente às expectativas de um número crescente de trabalhadores (principalmente assistentes de bilheteira, técnicos/as de museologia e património e técnicos/as de espetáculos e eventos) no campo da sua reclassificação, seja em termos de valorização profissional ou remuneratória. Insiste em **não responder no concreto** aos problemas sobre condições de trabalho. Passado quase um ano, mantêm-se os constrangimentos no Serviço de Conservação Restauração de Azulejos, sem esquecer os que se associam ao Castelo de São Jorge.

Em termos menos negativos, mas sempre insuficientes face ao que se exige no imediato, a decisão de **não renovar** o contrato com a *Blueticket*, que termina apenas a 1 de julho de 2025. Até lá, os trabalhadores, principalmente assistentes de bilheteira, terão de reforçar a sua paciência perante os imbróglios criados numa base diária por este sistema de bilhética. Sobre a medicina do trabalho e as novas regras do Fundo Fixo, registam os problemas e afirmam a sua resolução o quanto antes, **mas os meses vão passando e...nada**. Por último, em torno do famigerado Código de Ética e Conduta, o STML ainda aguarda a confirmação da data para reunir, propositando debater as propostas em alternativa apresentadas pelo Sindicato sobre os artigos 6º, 9º, 14º e 15º.

Perante este cenário, o Sindicato irá discutir na 1ª quinzena de outubro com os trabalhadores uma **proposta de luta** para o tempo imediato.



## Sobre o mito que baixando o IRC aumenta o reinvestimento e o emprego

**A realidade mostra que os lucros distribuídos são transferidos para o estrangeiro para não pagar impostos sobre dividendos no país. O que vai aumentar é a carga fiscal para compensar a receita perdida!**

O atual governo, face a incapacidade que tem revelado para resolver os graves problemas em que o país está mergulhado – crise profunda do SNS, atraso enorme na execução dos programas comunitários PRR e Portugal 2030, desinvestimento público, crescimento económico deprimente, falta de trabalhadores na Administração Pública, baixos salários, desemprego, financiamento da guerra na Ucrânia, corrida armamentista que vai desviar fundos de investimentos económicos e sociais tão necessários ao desenvolvimento do país –, tirou da cartola uma medida que, segundo ele, atrairá investimento para Portugal, criando emprego, acelerando o crescimento económico, e retirando o país do atraso em que está mergulhado. E essa medida milagrosa seria a redução do IRC dois (2) pontos percentuais por ano até baixar a atual taxa de 21% para 15%. E pretende fazer isso sem qualquer estudo da realidade.

**A receita do IRS, fundamentalmente de trabalhadores e pensionistas, é já mais do dobro da receita do IRC paga pelas empresas. Se o IRC descer, terá de ser compensado com aumentos de outros impostos.**

Entre 2011 e 2023, a receita de IRS, paga fundamentalmente por trabalhadores e pensionistas (mais de 90% do rendimento declarado para efeitos de IRS) aumentou em 7.995 milhões € (de 10.500 milhões de Euros para 18.504 milhões de Euros), enquanto a receita de IRC, paga pelas empresas, cresceu apenas 3.503 milhões de Euros (de 5.278M€ para 8.781M€), ou seja, menos de metade.

Em 2024, mesmo com o “choque fiscal do PS e AD” prevê-se que a receita fiscal com origem no IRS (17.859 milhões €) seja mais do dobro da cobrada através do IRC (8.148 milhões €). **Em 2011, a receita de IRC já representava apenas 50,2% da de IRS. Em 2024, baixará para 45,6% da receita do IRS.** E o atual governo PSD/CDS pretende reduzir a taxa de IRC dois pontos percentuais por ano, o que significa uma perda de receita anual de cerca de 600 milhões € (ao fim de 3 anos, que será necessário para reduzir a atual taxa de 21% para 15%, a perda de receita de IRC passará a ser superior a 1.800 milhões € por ano).

A questão que imediatamente se coloca é esta: que impostos terão de ser aumentados para compensar esta enorme perda de receita fiscal, ou que despesas sociais e de investimento terão de sofrer enormes cortes devido a esta brutal diminuição de receita?

**Os lucros distribuídos pelas sociedades e o reduzido reinvestimento estrangeiro entre 2011 e 2023.**

Os dados do INE (lucros distribuídos) e do Banco de Portugal (reinvestimento estrangeiro no nosso país), mostra o reduzido papel do reinvestimento estrangeiro em Portugal, como motor de desenvolvimento do país e criador de emprego.

Em 2022 (últimos dados disponibilizados pelo INE), existiam em Portugal 1.453.728 empresas. Destas, apenas 497.623, ou seja, 34,2% são sociedades. No período de 2011 a 2023, as sociedades em Portugal distribuíram aos seus acionistas 267.855 milhões €. Tendo em conta os dados de 2022 e de 2023, estes últimos ainda provisórios, sendo por isso natural que os valores sejam até mais elevados, verifica-se que os lucros das sociedades distribuídos, já praticamente alcançaram os valores anteriores à grave crise causada pela pandemia (covid-19).

No plano do reinvestimento estrangeiro, também segundo o INE, no período 2011-2023, os lucros do investimento direto reinvestidos foram apenas 6.942 milhões € em 13 anos. Um valor ridículo para quem defende que o reinvestimento estrangeiro deve ser a “salvação e o motor de desenvolvimento do país”.

Tal se deve porque os grandes acionistas, que recebem a parte de leão dos lucros distribuídos, preferem transferi-los para empresas que criaram no estrangeiro (muitos criaram *holdings* na Holanda para onde transferiram as ações das empresas que têm em Portugal). E isto porque, segundo o art.º 51º do CIRC, desde que tenham uma participação na empresa em Portugal de pelo menos 10%, e a detenham por mais de um ano, não pagam imposto de dividendos em Portugal, que é 28%. **Em Portugal, em 2023, a diferença entre o RNB<sup>1</sup> e o PIB<sup>2</sup> foi negativa: na ordem dos 4,9 mil milhões € (apenas 1,9% do PIB).**

Eugénio Rosa, Economista

1 RNB – Rendimento Nacional Bruto

2 PIB – Produto Interno Bruto



## O Governo AD (PSD/CDS-PP), em vez de valorizar as pensões, optou por dar uma esmola aos reformados com objetivos meramente propagandísticos.

Se o Governo estivesse de facto interessado em melhorar a vida dos reformados, não optava por medidas conjunturais e integrava o valor decidido agora em doze meses. Também faria com que os aposentados da Administração Pública não descontassem quatorze meses para a ADSE, mas sim doze, e reduziria os descontos de 3% para 1,5%, indo de encontro à reivindicação da Frente Comum. Aumentaria as pensões em 7,5%, com o mínimo de 70 euros, permitindo assim a recuperação do poder de compra de quem trabalhou uma vida.

Mas em relação ao suplemento extraordinário, a pagar apenas em outubro, relembramos que ele é tributado autonomamente (a retenção na fonte para efeitos de IRS não pode ser feita em conjunto com a pensão), é impenhorável e o seu valor não releva para o cálculo de Complemento Solidário para Idosos.

Tal como a meia pensão que o Governo PS atribui em 2022, este suplemento extraordinário não vai compensar de todo as perdas sofridas pelos pensionistas ao longo de vários anos. Assim o afirmamos porque:

1. Face à estagnação dos montantes das respetivas pensões, devido à sua não atualização;
2. Depois com a subida da inflação;
3. O baixo nível geral das pensões, tendo em conta que este suplemento, sendo extraordinário, não vai integrar o valor das pensões e assim não contará para futuras atualizações.

As declarações do 1º Ministro, inseridas na ação do governo PSD/CDS, procuram criar um cenário de ilusão, onde tudo se resolve, mas sem correspondência à realidade! Não respondem à real situação e aos problemas concretos que afetam os trabalhadores, os reformados e pensionistas e o País. Afirmar a atribuição de um suplemento extraordinário em outubro, como supramencionado, não resolve o grave problema da desvalorização e da consecutiva perda de poder de compra das reformas e pensões.

O direito a envelhecer com dignidade, passa, essencialmente, pela situação económica e social dos reformados e pensionistas, pela capacidade que têm ou não têm de adquirir ou pagar bens e serviços essenciais, como a alimentação, a habitação, a saúde ou os medicamentos, entre outros.

Para cumprir esse direito constitucional, não basta atribuir o suplemento extraordinário num mês, é necessária a valorização real das reformas e pensões. A resposta que se exige e que os reformados e pensionistas necessitam e merecem, não é pontual, mas permanente, para poderem fazer face às necessidades, também elas permanentes.

Exigimos o aumento significativo e generalizado das pensões que permita recuperar e melhorar o poder de compra de todos os pensionistas. Será pela luta que o conseguiremos, considerando que este Governo prefere ignorar as condições de vida de milhares de portugueses que muito deram ao país!



### **Frente Comum reúne com o Governo, que pouco ou nada diz sobre as reivindicações dos trabalhadores.**

Dando continuidade ao processo de revisão do SIADAP, a Frente Comum reuniu a 28 de junho e a 5 de julho com o Governo, representado pela Secretária de Estado da Administração Pública (SEAP). O propósito destas reuniões, passou por concluir o processo de revisão do sistema de avaliação, iniciado pelo anterior Governo, sendo que as portarias agora apresentadas estavam exatamente como o anterior governo tinha deixado na pasta de transição.

Transmitiu ainda o governo que tem como objetivo a criação de uma plataforma que permita perceber o nível de progresso, atraso e cumprimento do processo de avaliação, tornando-o mais transparente e que permita perceber as dificuldades em áreas setoriais, entidades ou equipas. serviços públicos, para que os cidadãos sintam que estes correspondem às suas necessidades.

A Frente Comum reafirmou que o SIADAP não serve os interesses dos trabalhadores, e que o mesmo apenas foi criado para atrasar a progressão nas carreiras, instando o Governo a dar apenas um exemplo de um serviço público que tenha melhorado em função da aplicação deste sistema de avaliação que já leva 20 anos de execução.

Quanto à criação da plataforma para acompanhar o processo, fez questão o Presidente do STML de referir que a CML já tem uma aplicação criada nesse sentido e que, por si só, a sua existência **não** é o garante da concretização eficaz e atempada da avaliação, ou seja, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

A Frente Comum referiu ainda, que o sistema não é passível de pequenos ajustes exigindo a sua substituição por um sistema de avaliação formativo, equitativo justo e transparente e sem quotas, acrescentando que mesmo com estas alterações a avaliação dos trabalhadores continua carregado de elementos subjetivos de avaliação, continuando objetivamente a ser um sistema injusto. A revogação continua a ser o principal objetivo da Frente Comum.

Sobre salários, a SEAP referiu que vai aguardar pela discussão do Orçamento do Estado para 2025 e indicou a intenção do Governo em rever as carreiras, sem acrescentar muito mais.

### **Defender o Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma das principais conquistas de Abril!**

O SNS é uma das conquistas da Revolução de Abril, que este ano celebra 45 anos! É um direito imprescindível na prestação de cuidados de saúde de qualidade, e fundamental na promoção da saúde e no tratamento da doença.

É no SNS que os trabalhadores encontram resposta! Mesmo os que têm seguro de saúde ou ADSE. Quando o *plafond* se esgota, é ao SNS que recorrem, mas também porque os privados nem sempre têm o nível e a qualidade de resposta necessária no tratamento de várias patologias.

**Não podemos permitir que o Governo continue a desinvestir no SNS e nos seus trabalhadores, e a financiar o sector privado que faz da doença uma fonte de negócio.**

O actual Governo PSD/CDS no seu Plano de Emergência para a Saúde, não só não mostra vontade para atacar os problemas do SNS, de se aproximar das justas reivindicações dos seus trabalhadores, como também torna evidente que prefere pagar ao privado, sendo o dinheiro público o suporte de grande parte dos lucros dos grandes grupos económicos da saúde.

Para exigir ao Governo uma mudança de políticas que garantam uma resposta adequada por parte do SNS, com medidas concretas, imediatas e urgentes, que passarão pela contratação de mais profissionais de saúde, mais investimento e a valorização das carreiras e a melhoria das condições de trabalho foram realizadas um conjunto de ações por parte das organizações e sindicatos das CGTP-IN que aqui damos nota:

→ **A 30 de Agosto**, a União dos Sindicatos de Lisboa (USL), integrando a Plataforma Lisboa em Defesa do SNS, realizou uma iniciativa designada “Olimpíadas da Saúde – Defender o SNS, os seus profissionais”, junto à Maternidade Alfredo da Costa.

→ **A 13 de Setembro**, a Frente Comum (FCSAP) concentrou-se em frente ao Ministério da Saúde para assinalar o 45.º aniversário do SNS. **A 20 de Setembro**, a USL organizou um desfile entre o Hospital Curry Cabral e o Ministério da Saúde para encerrar as Olimpíadas da Saúde, com a entrega simbólica das medalhas Olímpicas da Saúde aos trabalhadores do SNS.

Esta é uma Luta de todos, e que necessariamente terá de continuar, porque como a história já demonstrou, só o SNS assegura ao País a resposta necessária. Só com trabalhadores valorizados é possível garantir um SNS, público e de qualidade. Só com um SNS forte se garante o acesso universal a cuidados de saúde que a Constituição da República Portuguesa consagra.



# PRIORIDADES DA **Política Reivindicativa** 2025



## **CGTP-IN define as prioridades reivindicativas para 2025 e decide para 9 de novembro, uma manifestação nacional de LUTA!**

O Conselho Nacional (CN) da CGTP-IN reuniu a 12 de setembro e analisou os problemas que afetam os trabalhadores e os reformados que continuam confrontados com o aumento do custo de vida, os elevados custos com a habitação, o desinvestimento e ataque aos serviços públicos, num país em que os salários e as pensões são baixos, em que um, em cada dez trabalhadores, se encontra numa situação de pobreza, ao mesmo tempo que alguns dos maiores grupos económicos do País, entre eles os cinco maiores bancos, tiveram resultados de 32,5 milhões de euros por dia nos primeiros seis meses do ano. É cada vez maior o fosso entre os poucos que têm muito e os muitos que lutam para sobreviver.

O governo do PSD/CDS, com a sua ação de propaganda e demagogia, procura desviar as atenções da falta de resposta aos graves problemas dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados e do País. Ao mesmo tempo cumpre o seu compromisso com os interesses do capital, nomeadamente através de uma política fiscal que favorece os grupos económicos e aprofunda a desigualdade na distribuição da riqueza.

No entanto, a luta dos trabalhadores mantém-se firme para resistir à ofensiva e, numa perspetiva de progresso, o CN aprovou as **Prioridades da Política Reivindicativa da CGTP-IN para 2025**, tendo como base o seguinte:

- aumento dos salários para todos os trabalhadores em pelo menos 15%, não inferior a 150€;
- a valorização das carreiras e profissões;
- a fixação do Salário Mínimo Nacional nos 1.000€;
- a reposição do direito de contratação coletiva, com a revogação da caducidade;
- as 35 horas de trabalho semanal para todos;
- o fim da desregulação dos horários, adaptabilidades, bancos de horas e de todas as tentativas de generalizar a laboração contínua e o trabalho por turnos;
- o aumento significativo das pensões de reforma;
- o combate à precariedade;
- o investimento público efetivo nos serviços públicos.

Dando corpo à luta que é necessário continuar a travar, a CGTP-IN levará a cabo uma **Ação Nacional de Mobilização, Reivindicação e Luta**, de 7 de Outubro a 8 de Novembro, sob o lema “*Aumentar os salários e as pensões | Defender os serviços públicos e as funções sociais do Estado | Resolver os problemas do País*”, com a realização de plenários, concentrações, paralisações e greves, nos locais de trabalho de todos os sectores, em todo o País, culminando no **dia 9 de Novembro** com uma grande **Manifestação Nacional, em Lisboa e no Porto**, mobilizando todos os trabalhadores para saírem à rua, exigindo um outro rumo para o País.

### **54.º aniversário da CGTP-IN**

A CGTP-IN, a nossa Central Sindical de Classe, fundada a 1 de outubro de 1970, ainda durante a ditadura fascista, comemora neste e, 2025 54 anos com uma forte intervenção nos locais de trabalho. Neste aniversário, a CGTP-IN inaugurará o **Espaço Memória – Centro de Arquivo, Documentação e Audiovisual**, localizado na antiga fábrica da Mundet no Seixal. Este Espaço fará a gestão do património documental e museológico da CGTP-IN e nele serão promovidas iniciativas que fomentem a participação através do estudo, investigação, aprofundamento do conhecimento e a reflexão em torno da história do movimento operário e sindical. O local abrigará, ainda, exposições permanentes e temporárias, conferências, eventos de natureza sindical e cultural, entre outras atividades.



## Israel continua o genocídio do Povo Palestino! Urge o cessar-fogo imediato!

Mesmo perante o crescendo da crítica internacional à política terrorista e belicista do Governo israelita contra o povo Palestino, consubstanciando um verdadeiro genocídio nas palavras acusatórias de inúmeros peritos em Direito Internacional, obrigando inclusive ao envolvimento do Tribunal Penal Internacional no mesmo sentido [a 26.jan, 28.mar e a 24.mai], a verdade é que principalmente mulheres, crianças e bebês continuam a morrer numa base diária, especialmente na Faixa de Gaza, mas também na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental.

Pela força das armas, pela ausência de cuidados médicos ou pela fome que deliberadamente provoca, Israel não olha a meios para atingir os seus fins! Numa barbárie sem limites, que inclui também o assassinato de jornalistas, funcionários das Organizações das Nações Unidas e voluntários de associações humanitárias, Israel parece querer concorrer com o seu algoz histórico, a Alemanha nazi de Hitler, cuja barbaridade contra o povo judeu em muito serviu para justificar a própria existência de Israel.

Aparentes paradoxos e contradições que, todavia, não nos devem iludir sobre os acontecimentos atuais. Na governança fascista-sionista de Israel, são ideias, valores e projetos sociais semelhantes ao do “Terceiro Reich” que hoje prevalecem com os resultados que conhecemos e que determinadamente criticamos e combatemos.

### A prisão indiscriminada e a prática institucionalizada da tortura...

A prática de Israel nesta dimensão já tem várias décadas, há muito denunciadas por organizações internacionais. Contudo, no atual contexto, acumulam-se as denúncias de detenções em massa, tortura e maus-tratos, desumanização e assassinato de presos. Dessas denúncias, destacamos nos últimos meses os relatórios do Gabinete do Alto-Comissário da ONU para os Direitos Humanos (de 31 de julho), ou da ONG britânica *War on Want* (de 25 de julho).

Nestes relatórios, pode-se ler que “Israel utiliza dezenas de métodos de tortura contra o povo palestino. (...) Os métodos in-

cluem: espancamentos com os punhos e objetos metálicos, posições de tensão prolongadas, detidos permanentemente e dolorosamente algemados e atados aos tornozelos, humilhações, detidos despídos e amontoados, choques elétricos, extração de unhas, ataques de cães, agressões sexuais e violações, ameaças de violência ou morte aos detidos e aos seus entes queridos, negligência médica extrema, fome, recusa de acesso a casas de banho e saneamento, e muito mais.

[Relatório da War on Want]

Ou ainda as sérias preocupações quanto à arbitrariedade e à natureza fundamentalmente punitiva das prisões e detenções de um número espantoso de homens, mulheres, crianças, médicos, jornalistas e defensores dos direitos humanos, detidos desde 7 de Outubro, mantidos em detenção em condições deploráveis, sujeitos a maus tratos e tortura e com violação das garantias de um processo justo, sem que lhes seja dada uma razão para a sua detenção e sem acesso a um advogado ou a um controlo judicial efetivo. Em pormenor, “os detidos disseram que foram mantidos em instalações semelhantes a jaulas, despídos durante períodos prolongados, usando apenas fraldas. Os seus testemunhos referem a vendagem prolongada dos olhos, a privação de alimentos, de sono e de água, a sujeição a choques elétricos e a queimaduras com cigarros. Alguns detidos disseram que lhes ataçaram cães e outros disseram que foram sujeitos a afogamento, ou que as suas mãos foram amarradas e que foram suspensos do teto. Algumas mulheres e homens também falaram de violência sexual e baseada no género.

[Relatório do Alto-Comissário para os Direitos Humanos da ONU]

Motivos mais do que suficientes para justificar uma **Jornada Nacional de Solidariedade com o povo palestino e pela Paz no Médio Oriente** a ter lugar por todo o país entre os dias 2 e 12 de outubro. Estas ações, promovidas pelo CPPC, MPPM, o Projeto Ruído e a CGTP-IN, terão lugar em várias cidades. Em Lisboa, a 12 de outubro, a concentração será às 15h00 no Martim Moniz com deslocação até à Praça do Município.

**Palestina Livre! Paz no Médio Oriente!**